



## **INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR: CAMINHOS PERCORRIDOS PARA ACESSO À UNIVERSIDADE**

Alberlândia de Lima Bernardo<sup>1</sup>

Vera Lúcia Reis da Silva<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este texto enfatiza a trajetória escolar e acadêmica de uma estudante autodeclarada indígena que ingressou no ensino superior em busca de formação profissional e transformação da realidade vivenciada por ela diante dos preconceitos étnico racial. O objetivo principal foi compreender a trajetória frente aos desafios pessoal, social e cultural que permeiam nos espaços das instituições de ensino, tanto da educação básica quanto da educação superior. O texto foi construído com base no relato da personagem Fimy, onde enfatiza seu percurso escolar e acadêmico com o propósito de socializar a importância de investimentos no desenvolvimento profissional de pessoas que vivem à margem do processo educacional, no contexto chamado das minorias ou menos favorecidas. Não se pode negar que são vários os fatores que interferem na presença de indígenas no ensino superior. Os aportes teóricos que fundamentaram o texto foram baseados em SECCHI (2007); FORTUNATI (2007); Vasconcelos (2016); LOPES e MCEDO (2011) entre outros, além de documentos oficiais que retratam a temática. Os relatos da personagem evidenciaram várias experiências negativas que poderiam tirar o foco dos objetivos por ela traçados, porém ser indígena não foi obstáculo para dar continuidade aos estudos. Pode-se dizer que firmeza e resiliência frente aos desafios por sua condição étnica racial foram fatores propulsores para seu ingresso no ensino superior. As experiências evidenciadas no relato ajudam-nos a refletir sobre as condições dadas para o ingresso e a permanência de estudantes indígenas em níveis mais avançados de escolarização.

Palavras-Chave: Estudante indígena. Ensino superior. Desafios.

### **ABSTRACT**

This text emphasizes a scholastic and academic trajectory of an autodeclared indigenous student who is not registered in search of professional formation and the transformation of the reality related by it to ethnic racial prejudices. The main goal was to understand a task focused on personal, social and cultural issues in the educational institutions, both in education and higher education. The text was constructed based on the character's account at the end of a series of academic works with the objective of socializing the importance of investments in the development of people living on the margins of the educational process in the context of minorities or the less favored ones. It can not be denied that there are several factors that interfere with the presence of individuals in higher education. The theoretical contributions that supported the text were based on SECCHI (2007); FORTUNATI (2007); Vasconcelos (2016); LOPES e MCEDO (2011) among others, besides official documents that portray the theme. The character reports have evidenced several negative experiences that are in pursuit of the goal it outlines, but are not an obstacle to continue the studies. Firmness and face-

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Campus do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA, município de Humaitá/AM.

<sup>2</sup> Professora da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Campus do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA, município de Humaitá/AM.



to-face resilience due to their racial ethnic status may be said to have been the driving force behind their entry into higher education. The evidenced experiences are not a reflection on the conditions given for the entry and staying of indigenous students at more advanced levels of schooling.

Keywords: indigenous students. Higher education. Challenges

## **1 INTRODUÇÃO**

Este texto está relacionado ao relato de uma estudante autodeclarada indígena que ingressou em uma universidade pública no Sul do Amazonas. O objetivo principal foi compreender sua trajetória escolar e acadêmica frente aos desafios pessoal, social e cultural que permeiam nos espaços das instituições de ensino, tanto da educação básica quanto da educação superior.

A temática desenvolvida neste texto surgiu a partir de inquietações vivenciadas nos espaços da universidade, pois o ingresso de indígenas para o ensino superior, ainda, permanece em número reduzido e é fundamental trazer para o campo da pesquisa esses estudantes, na possibilidade de terem visibilidade através de produções de cunho científicas.

Portanto, a proposta central é dar sentido a voz de uma estudante indígena que no contexto da expansão do ensino superior ingressou na universidade, haja vista, que estudantes universitários indígenas, não poucas vezes, passam despercebidos nas instituições onde cursam o ensino superior. Ademais, temáticas relacionadas a diversidade étnica precisam ser divulgadas e socializadas como qualquer outro tema que suscite melhores conhecimentos.

## **2 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA**

Desde 1500 quando todo o processo histórico do Brasil começou, sabe-se que os portugueses se depararam com terras as quais já eram habitadas por povos indígenas e, desde então surgiram diversas interpretações a respeito destes. Os mesmos eram apontados como animais irracionais, incapazes de conviver na sociedade, dita civilizada. Por causa dessa concepção e o anseio de fazê-los escravos, milhares de índios foram dizimados trazendo consequências que a história não conseguirá apagar.



Durante muito tempo o indígena era visto pela sociedade como um selvagem desprovido de inteligência, ou seja, eram compreendidos como seres incapazes de agir, de pensar ou de ter alguma utilidade no mundo civilizado. Essa visão se arrastou por longos anos, mas, ainda, hoje permanece essa ideia de forma preconceituosa em vários ambientes, quer seja escolares ou não, principalmente, no que diz respeito ao grau de desenvolvimento cognitivo, que desde o início da história foi uma questão desprezível pelos brancos que com a intenção de domesticá-los impuseram a catequização como forma de atender os interesses dos colonizadores. Contudo, mesmo que tardiamente e em passos lentos já se visualiza políticas públicas em prol da escolarização dos povos indígenas, em reconhecimento aos seus direitos como cidadãos.

Nos últimos anos, porém, verificaram-se significativas mudanças no tratamento da temática educacional indígena. Os próprios índios entraram em cena para debater a política de escolarização e para exigir uma educação escolar voltada ao atendimento dos seus interesses. A educação escolar passou a ser vista como uma política pública, como um direito de cidadania. Hoje já não se discute se os índios têm ou não têm alma, se devem ou não ser civilizados, mas trata-se de considera-los cidadãos detentores de direitos específicos. (SECCHI, p. 137)

Podemos dizer que esta realidade só mudou depois de anos de lutas, em que foram reconhecidos como pessoas dignas dos mesmos direitos como qualquer outro cidadão brasileiro. Dessa maneira, foram implantadas leis que asseguram a educação valorizando a cultura e os costumes dos indígenas. Apesar dos vários anos de luta, a maior conquista pode ser visualizada na Constituição de 1988.

Foi na década de 1970, após sua primeira metade, que essa situação começou a ser modificada, graças à mobilização de setores da sociedade nacional e internacional dispostos a colaborar com os povos indígenas. O esforço foi coroado pela elaboração da Constituição Federal de 1988, na qual passaram a ser reconhecidos aos índios “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” (artigo 231) e o direito a uma educação escolar diferenciada, específica intercultural e bilíngue (FORTUNATI, 2007, p. 107).

Nesse sentido devolve-se ao indígena sua dignidade que lhes foi tirada, por exemplo, a recuperação de suas memórias, histórias, de forma mais



expressiva. Com o passar do tempo, pesquisas tem se direcionado para estudar as várias etnias existentes por este vasto país, trazendo mais visibilidade aos primeiros habitantes que viveram um processo doloroso ao longo da história do nosso país.

### **3 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO SUPERIOR PARA O ESTUDANTE INDÍGENA**

Contrapondo toda essa visão deturpada a respeito dos povos indígenas que por anos denegriu sua imagem como cidadão e, até mesmo sua integridade física e mental, nos dias atuais podemos perceber uma grande mudança no campo educacional, onde cada vez mais se torna comum jovens indígenas deixarem suas comunidades em busca de qualificação profissional. A busca por melhoria do seu povo é um objetivo que justifica essa saída, e com a perspectiva de ingressarem no ensino superior procuram uma qualificação específica que atenda as reais necessidades da etnia da qual fazem parte. Contudo, mesmo amparados legalmente as políticas públicas voltadas à educação indígena precisam ser, de fato, implementadas, no sentido não só do acesso, mas da permanência no ensino superior. “Apenas em 2003, o Ministério da Educação (MEC) passou a lidar com a questão dos índios no Ensino Superior” (VASCONCELOS, 2016, p. 2).

Não se pode negar que estudar em uma universidade pública, ainda é, privilégio para poucos, e quando o indígena consegue entrar para o ensino superior é motivo de orgulho para toda a comunidade, visto que isto se trata de uma grande conquista.

Com o processo da expansão do ensino superior e, conseqüentemente, com a democratização da educação, Dias Sobrinho (2010, p. 8) se manifesta, registrando as preocupações sobre este fato.

É necessário esclarecer desde logo que a ‘democratização’ da educação superior não se limita à ampliação de oportunidades de acesso e criação de mais vagas. Além da expansão das matrículas e da inclusão social de jovens tradicionalmente desassistidos, em razão de suas condições econômicas, preconceitos e outros fatores, é



imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade os seus estudos. Assim, acesso e permanência são aspectos essenciais do processo mais amplo de 'democratização'.

Este cenário revela que a expansão do ensino superior possibilitou o acesso de jovens que, tradicionalmente, estavam à margem desse nível de ensino, e isto é um fato marcante na vida de muitos que tiveram essa oportunidade. Contudo, é imprescindível que recebam condições de permanência para realizarem com êxito os cursos que escolheram.

Neste sentido, a universidade é, também, o espaço de formação para o indígena, considerando que educação é direito de todos. Sendo assim, como instituição formadora precisa desconstruir conceitos negativos a respeito das minorias e estar aberta a cultura do outro, como é o caso a dos povos indígenas que muito podem contribuir com a interculturalidade de saberes em diálogos com os conhecimentos científicos.

As universidades devem estar prontas para se indagarem sobre o quanto podem beneficiar-se da presença indígena, vivificando-se e ampliando-se, na construção de um mundo de tolerância e riqueza simbólica em que não bastará mais a repetição ampliada dos paradigmas do horizonte capitalista contemporâneo. (LIMA, 2007 p. 20).

Nos últimos anos os indígenas se mostram mais preocupados com a organização de sua comunidade, por isso, se dispõem a enfrentar um novo mundo, sendo desafiados a conviver com outros hábitos e costumes. Essa realidade pode lhes trazer obstáculos nas relações interpessoais com a sociedade não indígena, onde a cultura se diferencia no modo de ser e viver.

Contudo, a realidade vem mostrando que esses desafios são enfrentados e, gradativamente, superados com o apoio de políticas públicas, que ajudam na minimização das dificuldades dos indígenas que se dispõem a galgar pelo caminho da educação.

Em seu artigo 79, a LDB/1996 enuncia que "a União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural



às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa”.

Quando o indígena se torna um estudante universitário, que sai do meio do seu povo para viver em outro ambiente, este passa por situações desafiadoras, que vão desde as condições econômicas à luta pela sobrevivência fora de sua aldeia, precisando de suporte para a permanência na universidade e não desistir diante de tantos desafios que surgem nesse percurso da vida. São vários os fatores que podemos elencar como bloqueadores da vida acadêmica de estudantes indígenas. Para Vasconcelos (2016, p. 5).

A presença dos povos indígenas no Ensino Superior é quase insignificante. O levantamento realizado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 2000, consta que apenas cinco mil índios concluíram o Ensino Médio, numa população estimada em 368 mil indivíduos, representando apenas 1,36%. Desses, somente mil ingressaram no ensino superior, ou seja, 0,36% do total.

Diante de vários obstáculos, a língua se apresenta como outro fator que interfere na caminhada universitária. A língua materna difere da linguagem usada na academia, trazendo dificuldades para a comunicação interativa nos espaços da universidade, ou até interferindo nas discussões sobre os assuntos trabalhados nas aulas, acarretando problemas de aprendizagem e êxito nos estudos.

Então, diante dessa situação, o estudante fica vulnerável a desistência ou ao isolamento do convívio com os demais. Esta realidade, está propensa a acontecer nas escolas, nas universidades ou em qualquer instituição onde quer que o indígena esteja inserido e, por isso, são questões que não se pode silenciar.



#### **4 DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO ENSINO SUPERIOR: A TRAJETÓRIA DA ESTUDANTE INDÍGENA FIMY<sup>3</sup>**

Este item traz um relato do percurso feito por uma estudante declarada indígena pertencente a etnia Puyanawa que, conforme os documentos oficiais da fundação Nacional do Índio – FUNAI, para que a pessoa seja considerada indígena e pertencente a um determinado grupo étnico são necessários documentos, como: Declaração assinada por três lideranças da Comunidade da qual faz parte, certidão de Nascimento e a Declaração de pertencimento étnico expedida pelo próprio órgão.

Esta etnia está localizada no município de Mâncio Lima no estado do Acre às margens do Rio Môa. Faz parte do tronco linguístico Pano e por interferência do homem “branco” quase foi extinta, mas graças a persistência dos indígenas mais velhos a língua foi preservada e os descendentes atuais dão prosseguimento à cultura da língua materna.

Vale ressaltar que as terras dessa população foram demarcadas pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI em 2006, a partir de então passou a ser preservada legalmente. Ainda hoje persiste entre os Puyanawas atividades remanescentes de sua cultura ancestral, com vistas a manter o seu bem viver, percorrendo a pé nas mais variadas direções e localidades para conseguirem caça, frutos silvestres e matéria-prima para confecção dos artesanatos e adornos.

Mesmo os indígenas preservando sua moradia na aldeia, a realidade tem mostrado que jovens pertencentes a esta etnia se deslocam em busca de dar continuidade aos estudos e, assim, contribuir como profissionais formados em áreas específicas, mas as que se destacam são áreas da educação e saúde pela necessidade de atendimento mais urgente dessa população.

Partindo desse pressuposto, passamos a descrever o relato da personagem Fimy. Ela se desloca em 1997 de sua comunidade indígena Barão

---

<sup>3</sup> Fimy é a personagem do relato e uma das autoras deste texto. Este nome foi dado pelo cacique da Comunidade Indígena Kaximawa.



e Ipiranga aos 12 anos de idade para estudar o Ensino Fundamental I, ou seja, a 5ª série, na cidade de Cruzeiro do Sul/AC.

A personagem tem identidade autodeclarada e comprovada mediante a FUNAI de pertencimento étnico. Nesse sentido, o indivíduo autodeclarado, que tem consciência de sua identidade indígena estará amparado de acordo com o Decreto nº 5.051/2004, que cita:

Identidade e pertencimento étnico não são conceitos estáticos, mas processos dinâmicos de construção individual e social. Dessa forma, não cabe ao Estado reconhecer quem é ou não indígena, mas garantir que sejam respeitados os processos individuais e sociais de construção e formação de identidades étnicas. Os critérios adotados pela FUNAI se baseiam na Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada integralmente no Brasil pelo Decreto nº 5.051/2004, e no Estatuto do Índio (Lei 6.001/73). A Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada integralmente no Brasil pelo Decreto nº 5.051/2004, em seu artigo 2º afirma que:

2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção.

Dessa forma, Fimy tem consciência de sua identidade indígena e que pertence a uma etnia. Esse processo foi reconhecido e comprovado por parte do seu grupo étnico de origem que através de três lideranças incluindo o cacique, o pajé e uma professora assinaram sua Declaração de Comprovação, dando legitimidade e legalidade deste ato. De posse de toda a documentação, Fimy segue em busca de novos horizontes, com determinação e coragem segue em frente.

Diante do exposto, o relato evidencia a trajetória da estudante começando pela educação básica até o ensino superior. No decorrer do processo de mudança da comunidade indígena para a cidade, o choque cultural e social foi inevitável, pois os hábitos e costumes do “homem branco” não condiziam com a realidade em que Fimy estava acostumada.

Durante esse percurso a estudante deslocou-se da aldeia para morar em Cruzeiro do Sul/AC com os avós paternos, onde passou por várias dificuldades e preconceitos, essa realidade era vivenciada tanto na escola, quanto em casa, onde recebia castigos para não estudar nos horários vagos. Era obrigada a



ficar com toda responsabilidade dos afazeres domésticos, mesmo que tivesse atividades extras escolares, pois a ideia era que a menina não poderia estudar.

Como consequência dessas atitudes a estudante encontrou muitas dificuldades para assimilar os conteúdos durante os primeiros meses do ano letivo, porém com muito esforço foi se adaptando. Com o foco no futuro passou acordar pelas madrugadas para fazer as atividades da escola e romper as barreiras das dificuldades nos estudos.

As experiências na escola demonstravam um ensino tradicional em que os conteúdos eram pouco contextualizados, contudo foi onde deu os primeiros passos rumo a uma educação libertadora. Nesse processo de aprendizagem, os livros com ilustrações ajudavam para melhor compreensão de conteúdos nas disciplinas de Português, Ciências e História, pois fazia uma interligação das gravuras com o texto escrito como estratégia de aprendizagem. Através das leituras em sala de aula Fimy conseguia contextualizar e interpretar o que lia, exercitando, dessa maneira, o estímulo para o seu aprendizado, porém os conteúdos se distanciavam de sua realidade social e cultural.

As práticas pedagógicas dos professores eram muito parecidas com as das séries iniciais antes cursadas na comunidade indígena, onde prevalecia o ensino tradicional e os estudantes não tinham a oportunidade de construir sua autonomia no pensar. Zabalza (2004) chama a atenção para os excessos de conteúdos repassados pelos professores que sufocam as autênticas necessidades dos estudantes e não lhes proporcionam apoio suficiente para uma aprendizagem efetiva, tampouco podem partir para o extremo oposto da atenção, conduzindo a um certo paternalismo.

Neste sentido, podemos dizer que a prática pedagógica dos professores pode fazer a diferença no ato do ensinar e do aprender, pois a construção da autonomia no processo da vida escolar muito contribui para a libertação ou jugo da alienação. Contudo, a prática tradicional que fragmenta, que reproduz, que engessa o conhecimento não causou tanto impacto em Fimy. O que a impactou foi a transição da aldeia para a cidade onde foi cursar a 5ª série, pois tudo era novo, outra realidade estava sendo vivenciada. O modo de ser, de vestir, de falar trouxe choque social e cultural. Com todos esses desafios não



desanimou, continuou a caminhada e conseguiu concluir o Ensino fundamental, passando para o Ensino Médio.

Nessa nova etapa da educação, Fimy imaginava que iria ter suporte para iniciar sua formação profissional, então optou em cursar o magistério. Na época era a área que dava mais oportunidade de emprego, porém ao chegar no período do estágio supervisionado percebeu que não tinha “vocação” para ser professora, então trocou o curso para ensino médio técnico, mas não concluiu. Constituiu família e não deu continuidade, ficando sem estudar durante nove anos. Em 2011 retornou os estudos na cidade de Tabatinga/AM, para onde foi acompanhando o cônjuge e conseguiu concluir o Ensino Médio com sucesso, colocando como novo objetivo de vida o ingresso no ensino superior.

Apesar de ter tido uma experiência negativa no magistério em nível médio, mesmo tendo percebido não ter aptidão para esta área, no ensino superior escolheu Pedagogia com o intuito de apenas conseguir o diploma de graduação na perspectiva de competir no mercado de trabalho. Mas, este pensamento de interesse unicamente no diploma foi mudado a partir dos dois primeiros períodos do curso, pois o ato de ensinar e aprender a encantou. Já no contexto da universidade percebeu que tem possibilidade, como profissional da educação, em mudar a realidade por ela vivenciada, proporcionando uma maneira diferente através de sua prática pedagógica aos seus futuros alunos, em especial aqueles que são oriundos de culturas diferentes.

Nesse percurso, já no ensino superior, Fimy se deparou com uma nova realidade. Percebeu que os conhecimentos da educação básica foram insuficientes para enfrentar o contexto acadêmico, pois esse nível de ensino requer compromisso, responsabilidade e autonomia para direcionar os estudos de um grau mais avançado. Como diz Lopes e Macedo (2011), “talvez hoje seja óbvio afirmar que o ensino precisa ser planejado e que esse planejamento envolve a seleção de determinadas atividades/experiências e conteúdos e sua organização ao longo do tempo de escolarização”.

Neste sentido, não é difícil percebermos que o estudante chega à universidade com certas deficiências. Como no dizer de Bastos e Keller (1998)



os estudantes universitários chegam às salas de aula com três tipos de imaturidade: a) imaturidade cultural, aliada a gritante falta do hábito de leitura; b) a imaturidade psicológica, não havendo por parte dos estudantes uma definição clara de objetivos e aspirações, nem a certeza que o curso escolhido atenderá às suas expectativas; c) imaturidade lógica, com falta de sequência lógica de raciocínio, quando se coloca por escrito o que se pensou.

Diante dos desafios do ensino superior em que as disciplinas e seus conteúdos são complexos, principalmente, para quem não teve uma base sólida na educação básica, os primeiros momentos na universidade os estudantes precisam demonstrar resiliência em todos os aspectos. Nesse sentido, Fimy demonstrou que os desafios são para serem vencidos, em especial, os de aprendizagem. Nessa caminhada a disciplina Língua Portuguesa foi uma das que mais enfrentou obstáculo, pois produzir e interpretar textos acadêmicos não foi tarefa fácil. Diante desta realidade, os obstáculos de estudantes universitários podem ser referentes a fatores, como mencionados por Pimenta e Anastasiou (2010, p. 230) “[...] nível de conhecimento ou pré-requisitos insuficientes para acompanhar a graduação; dificuldade na interpretação, redação e leitura; dificuldade de raciocínio [...]; alta heterogeneidade [...]”.

Esta realidade é percebida no atual contexto em que a nova geração de estudantes traz para os espaços acadêmicos as marcas da heterogeneidade, quer por questões sociais, culturais ou econômicas. Esta condição exige acompanhamento aos universitários iniciantes em suas necessidades pessoais e acadêmicas, seja através de assessoramento pedagógico ou apoio psicológico, pois é uma fase em que a autoestima pode sofrer interferência, afetando o desempenho na aprendizagem e desequilíbrio emocional.

Diante os desafios da personagem, o econômico muito afetou sua caminhada, mas estes foram fatores propulsores que a fizeram persistir com a certeza que poderia prosseguir sua trajetória acadêmica, aproveitando e participando de programas que proporcionou-lhe auxílio financeiro através de Bolsas. Além, desses programas contribuírem financeiramente para a permanência de estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, também,



através destes os estudantes desenvolvem atividades extraclasse que contribuem para o processo formativo.

Uma das atividades de cunho formativo que desenvolve é através do Programa Residência Pedagógica patrocinado pelo Governo Federal que possibilita contribuir com a formação inicial de licenciandos para atuarem na área da educação. Esse programa objetiva inserir futuros professores no campo de atuação profissional, em que a vivência na escola, vem se comparando ao estágio obrigatório do curso de Pedagogia.

O Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso. (BRASIL/CAPEL – Edital 06, 2018)

Outra atividade é a Monitoria. Para Fimy, nesse percurso da vida universitária, ter a experiência de acompanhar e auxiliar colegas estudantes e o professor de determinada disciplina, muito contribuiu com o aprimoramento de seus conhecimentos, além de ter tido a oportunidade de sentir-se útil para o aprendizado de alguém.

A participação como pesquisadora iniciante é outra atividade de grande relevância para a formação de quem almeja ingressar na área da educação. E essa experiência é vivenciada por Fimy através do Programa de Iniciação Científica, onde pesquisa o tema “A escolha profissional dos estudantes do IEAA”.

Nessa trajetória, não podemos deixar de evidenciar que nossa personagem, também, no início dos estudos na universidade, foi contemplada com a Bolsa Trabalho (Programa já extinto pelo Governo Federal), prestando serviço na área administrativa, junto à secretaria geral da instituição.

Percebe-se que a personagem é bastante dinâmica e não se intimida diante dos desafios que emergiram e continuam emergindo. Portanto, em qualquer contexto ou situação, a trajetória de vida pessoal nunca é linear, mas a resiliência pode ser decisiva para quem sabe onde quer chegar.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi mencionado é importante salientar que cada vez mais, jovens indígenas se deslocam de suas comunidades em busca de qualificação profissional para levar contribuições que melhore a subsistência do seu povo, ou até mesmo, saem em busca de suporte para concorrer no mercado de trabalho, uma vez que em suas comunidades há pessoas não indígenas ocupando postos de trabalho pela carência de mão-de-obra qualificada entre os membros das aldeias.

Acreditamos que a educação é um direito de todos, por isso a condição de cidadãos dá aos indígenas autonomia para buscarem formação em qualquer área do conhecimento, e assim ocupar espaço que evidencie em meio a sociedade a cultura de seu povo, na possibilidade de minimizar o preconceito que mesmo velado subsiste nos vários espaços seja acadêmico ou não.

Diante do exposto, podemos dizer que são vários os fatores que podem interferir nos estudos dos níveis da educação básica e do ensino superior. Contudo, Fimy, demonstrou resiliência em sua trajetória escolar e acadêmica, pois os obstáculos não determinaram condição de inferioridade frente às outras pessoas ou colegas de turma, ao contrário mostrou determinação, aproveitando as oportunidades que a educação lhe proporcionou e, assim foi possível chegar em um nível mais avançado de sua escolarização.

Os relatos de nossa personagem evidenciaram várias experiências que poderiam tirar o foco dos objetivos por ela traçados, porém sua condição de indígena não foi obstáculo para que pudesse dar continuidade aos estudos. Mostrou firmeza frente aos preconceitos, ocupando espaço de pertencimento nos ambientes e nas instituições de ensino. Portanto, dar foco a esta temática é uma oportunidade para dar ênfase a estudantes universitários provenientes de culturas diferentes com a perspectiva de minimizar o preconceito e a valorização do ser humano não importando sua condição étnica ou racial.

As experiências vivenciadas por Fimy em sua trajetória escolar e acadêmica muito nos ajudam a refletir sobre as condições dadas aos estudantes indígenas, uma vez que nem sempre as situações vivenciadas são



favoráveis à permanência para a continuação e conclusão dos estudos, haja vista, que não são todos os que predispõe de persistência e resiliência para prosseguir a caminhada universitária.

Então, acreditamos que o apoio acadêmico-pedagógico seja um contributo para o estudante prosseguir com mais segurança em sua formação inicial no ensino superior. Portanto, ressaltamos que o importante não é apenas a inserção e inclusão na universidade de grupos étnicos ou grupos menos favorecidos, porém mais do que isso, são necessárias condições adequadas para realizarem com boa qualidade os seus estudos.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Cleverson; KELLER, Vicente. **Aprendendo a aprender**: introdução à metodologia científica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/todos-ouvidoria/23-perguntas-frequente/97-pergunta-3>. Acesso em: 09 jul. de 2019.

BRASIL. Edital 06/2018. **Programa de Residência Pedagógica**. Fundação CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/pt/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 08 jul. 2019.

BERGAMASCH, Maria Aparecida; DOEBBER, Michele Barcelos; BRITO; Patrícia Oliveira. Estudantes Indígenas em Universidades Brasileiras: um Estudo das Políticas de Acesso e Permanência. **Rev. bras. Estud. Pedagógicos**. Brasília, v. 99, n. 251, p.37-53, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v99n251/2176-6681-rbeped-99-251-37.pdf> > Acesso em: 20 nov. 2018.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113. out./dez. 2010.

LIMA. Antônio Carlos de Souza. **Educação Superior para Indígenas no Brasil** – sobre cotas e algo mais. 2007. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/252.pdf> Acesso em: 09 out. 2018.



LOPES; Alice Casimiro. MACEDO; Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SECCHI, Darci. Apontamentos acerca da regularização das escolas indígenas. Painel 5. **Legislação Escolar Indígena**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol4c.pdf>. Acesso em 7 maio, 2019.

VASCONCELOS, Diva Helena Frazão de. **O Ensino Superior e a Educação Indígena**: questão Indígena. – Boletim do Tempo Presente, nº 11, de 01 de 2016, p. 1-12.

ZABALZA, Miguel Ángel. **O ensino universitário**: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004.